

## **ATA DA SEPTUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, na Sala n<sup>o</sup> 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Presidente desta sessão; Isabel Seixas de Figueiredo, representante titular do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Edilson Fernandes da Cruz, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ausente justificadamente os representantes da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação de atas pendentes; 2) Apreciação de 14 projetos municipais e 12 projetos estaduais; 3) Autorização para contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e curativa, de 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> níveis em motores de reação, ARRIEL 1D1, o qual equipa a aeronave AS 350 B2, operada pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, os conselheiros aprovaram as Atas da 67<sup>a</sup> e da 68<sup>a</sup> Reuniões Ordinárias e da 30<sup>a</sup> Reunião Extraordinária. Logo após, foi consentida a antecipação do item 03 da pauta. Com a palavra, o Major Josilei Albino Gonçalves de Freitas iniciou a exposição informando que o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública possui uma aeronave modelo AS 350 B2 que atua em diversas missões, como: radiopatrulhamento aéreo, resgates aéreos, escoltas, bloqueios, interceptações, dentre outros. Para executar estas atividades a aeronave é submetida a diversas revisões e quando ultrapassar 1.200 horas de vôos será necessário passar por uma manutenção. Dito isso, o servidor esclareceu que a manutenção de uma aeronave, principalmente a do motor, destina-se a conservar no tempo a aeronavegabilidade, a disponibilidade e o desempenho da aeronave, e isto inclui o monitoramento, a manutenção e o recondicionamento dos elementos constitutivos do motor. O servidor acrescentou que a garantia da mencionada aeronave está finalizando. Assim sendo, torna-se imprescindível a contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e curativa de 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> níveis em motores a reação, ARRIEL 1D1, o qual equipa a aeronave AS 350 B2, operada pela Força Nacional. Foi explicado que a duração deste contrato será de um ano; incluirá duas manutenções, a cada 600 horas de vôo. O valor orçado foi uma previsão (baseada no manual do fabricante) porque não é possível antever o que será feito internamente no motor. Desde modo o valor poderá sofrer uma redução ou uma pequena elevação. Em seguida, o servidor esclareceu os tipos de manutenção mencionados, a saber: a preventiva é mais simples e trata-se da troca de pequenas peças como, por exemplo, anéis, sensores etc. A corretiva é feita a cada 600 horas de vôo e consiste numa inspeção mais detalhada, incluindo o motor. A curativa que é a manutenção não programada, isto é, ela é feita quando é necessário fazer substituição de peças e/ou motor em razão de quebra. A manutenção em níveis 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> é realizada pela própria Força Nacional porque se refere à troca de óleo, pneus etc, porém as de nível 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> são mais avançadas e, portanto, são realizadas por pessoas especializadas. Por fim, o servidor destacou que a contratação deste objeto é condição fundamental para a manutenção da aeronavegabilidade da aeronave, uma vez que se trata de condição obrigatória para qualquer aeronave submetida às inspeções previstas pelos seus fabricantes. Após estes esclarecimentos, o Conselho aprovou a contratação solicitada, que foi estimada no valor de R\$ 1.382.894,43 (um milhão, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos), no âmbito da ação Força Nacional de Segurança Pública.

Prosseguindo, o Major Gonçalves apresentou também a primeira proposta da ação Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública que se relacionava à aquisição de helicóptero para o Estado do Rio de Janeiro (Proposta n<sup>o</sup> 101304/2010). Cabe lembrar, que o Presidente, na reunião anterior, já havia abordado este assunto. Então, o Servidor limitou-se a explicar os detalhes técnicos e a conformidade da proposta com a legislação de convênio. Franqueada a palavra ao Conselho, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira observou que na Nota Técnica n<sup>o</sup> 41/2010 inserida no Portal foi registrado que o valor da aeronave não estava de acordo com o valor médio de mercado, que era de R\$

7.987.735,53. O Major Gonçalves esclareceu que esta informação encontrava-se registrada na nota técnica que solicitava o cumprimento de algumas diligências pelo Estado, posteriormente foi respondido que a diferença apontada trava-se da variação cambial devido à atualização das cotações de preço. Após, os esclarecimentos, a proposta foi aprovada por unanimidade, conforme tabela abaixo. Continuando, as demais propostas desta ação foram expostas pelo Tenente Coronel João Francisco Goulart dos Santos e foram aprovadas sem objeções.

	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto do Projeto	Total do Fundo (R\$)
1	RJ	101304/2010	Aquisição de um helicóptero, no mínimo monoturбина, tipo Multimissão, com acessórios e equipamentos inclusos.	8.589.443,10
2	PA	067801/2010 (Emenda parlamentar)	Prevenir e reprimir a prática de ilícitos penais na Região Metropolitana de Belém e no interior do Estado, potencializando as ações de polícia ostensiva, por intermédio do reaparelhamento das unidades da Polícia Militar do Pará em suas respectivas circunscrições.	9.643.422,89
3	AC	061971/2010 (Emenda parlamentar)	Reaparelhamento dos órgãos e setores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre, através da aquisição de equipamentos, visando o fortalecimento da infra-estrutura dos setores de operações aéreas, de combate a incêndios florestais e do sistema de radiocomunicação do Acre	4.999.027,77
4	ES	092987/2010	Reaparelhar o Centro de Ensino e Instrução do CBMES, com o intuito de manter a educação profissional da corporação em níveis de excelência, melhorando as condições de formação do profissional bombeiro militar, propiciando um ambiente digno para o operador de segurança melhor absorver as técnicas de salvamento, prevenção e combate a incêndios.	691.557,58
<b>Total</b>				<b>23.923.451,34</b>

Retomando a pauta, a palavra foi passada para a servidora Cristina Gross Villanova que apresentou as seguintes propostas municipais:

	UF	Nº Proposta SICONV	Título do Projeto	Total do Fundo (R\$)
1	Águas Belas/PE	090776/2010	Aparelhamento e modernização da GM por meio da aquisição de equipamentos, realização de capacitação dos Guardas, confecção de diagnóstico e plano de segurança, bem como implantação de ações integradas e preventivas com jovens em situação de vulnerabilidade social	301.338,00
2	Bezerros/PE	102.455/2010	Estruturar a Guarda Municipal para atuar de forma integrada com os demais operadores de segurança pública da área e com a própria sociedade, na prevenção à violência e à criminalidade, bem como implantar política de prevenção à violência e criminalidade com a inclusão social de adolescentes, em situação de risco e à participação social através do Conselho Municipal de Segurança	350.000,00
3	Bonito/PE	090.801/2010	Elaborar o plano de prevenção a violência Municipal, criar o Conselho Municipal de Segurança, estruturar e capacitar a GM e Jovens em vulnerabilidade para o desenvolvimento de políticas públicas de Segurança para a prevenção da violência e da criminalidade, de forma transversal com o desenvolvimento local	300.000,00

4	Candiota/RS	099510/2010	Implementação e criação de unidades móveis itinerantes compostas de profissionais especializados para ações técnicas, visando a construção de produção cultural, ações educativas, terapêuticas e relacionais, dotando as comunidades com recursos que permitam a prevenção da violência e da drogadição, através de estímulo à ética e cidadania responsável.	200.000,00
5	Carpina/PE	90546/2010	Melhorar e ampliar a capacidade da GM no atendimento ao cidadão na realização de ações comunitárias integrada com os operadores de defesa social a sociedade, por meio do reaparelhamento, realização de projeto de prevenção para jovens em situação de vulnerabilidade, da capacitação de seus membros e colaboradores, o fortalecimento da participação social e a elaboração de instrumento de planejamento embasado em dados extraídos de fontes confiáveis e de forma técnica, sempre com foco na prevenção à violência e criminalidade.	400.000,00
6	Goiana/PE	90745/2010	Aparelhamento e modernização da GM por meio da aquisição de equipamentos, realização de capacitação dos Guardas, confecção de diagnóstico e plano de segurança, implantação do Conselho Municipal de segurança, bem como a implantação do Projeto Guarda Jovem, com o propósito de ampliar a participação da juventude e da sociedade nas políticas locais de prevenção à violência.	445.500,00
7	Gravatá/PE	102.479/2010	Modernizar e ampliar a capacidade de atendimento da Guarda Municipal na realização de ações comunitárias de forma qualificada e integrada com os operadores de defesa social e a sociedade, com foco na prevenção à violência e à criminalidade.	445.500,00
8	Guarulhos/SP <b>(emenda parlamentar)</b>	102585/2010	Modernização da Guarda Civil Municipal por meio da aquisição de veículos caracterizados, visando a melhoria dos serviços prestados à comunidade.	194.214,44
9	Holambra/SP	075734/2010	Modernização do Sistema Municipal de Segurança Pública por intermédio da implantação do Programa Governança Local – GOVLOC (modelo de gestão), capacitação de Guardas Municipais, agentes públicos e membros da comunidade nesse novo modelo de gestão, realização de seminário, bem como pela aquisição de equipamentos de comunicação.	276.360,00
10	Itapira/SP	090788/2010	Implantação do Projeto Piloto da Base Móvel Comunitária, através da aquisição de um veículo tipo furgão adaptado; da realização de curso de capacitação dos profissionais da Guarda Civil Municipal e de seminários para capacitação dos integrantes da Guarda e funcionários de outras Secretarias envolvidas no Projeto; realização de eventos e palestras para segmentos da Sociedade, bem como produção de material de divulgação e prevenção, com o intuito de aproximar a Instituição da Comunidade.	353.078,32
11	Jequiá da Praia/PE	090792/2010	Elaboração e implementação de projetos multidisciplinares de prevenção da violência, com objetivo de combater a criminalidade e a discriminação, bem como promover meios para o preparo constante de profissionais de segurança, sociedade civil, lideranças comunitárias e comunidades de uma forma geral na participação e gestão da segurança pública. Apoio à implantação de projetos direcionados à implementação de ações voltadas à prevenção da violência e criminalidade, através da guarda municipal, especialmente dirigidos a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.	196.000,00
12	Mossoró/RN	090676/2010	Modernizar a Guarda Municipal através da aquisição de equipamentos permanentes e operacionais, realização de curso de formação e capacitação, e do desenvolvimento de oficinas de música para adolescentes em conflito com a lei, pautando suas ações na formação de uma Guarda Cidadã.	395.633,20

13	Olho D'água das Flores/AL	090791/2010	Qualificar as atividades realizadas pela Guarda Civil Municipal, por meio de ações de modernização e capacitação dos Operadores de segurança Pública Municipal, com ênfase nas atividades de prevenção a serem realizadas com participação da comunidade	117.600,00
14	Pariconha/AL	090775/2010	Modernizar a Guarda Municipal de Pariconha com aquisição de equipamentos permanentes, realização de formação técnica de seus profissionais, assim como a implementar atividades voltadas a prevenção da violência e da criminalidade através de encontros com a comunidade, oficinas sócioeducativas e culturais.	158.479,20
15	Pesqueira/PE	090428/2010	Estruturar e capacitar a Guarda Municipal de Pesqueira e Conselho Municipal de Segurança Pública, fortalecendo a política de prevenção à violência e de valorização dos direitos humanos dos guardas municipais a participação da sociedade na área de segurança pública.	350.000,00
16	Ribeirão Preto/SP	090.794/2010	Modernizar a Guarda Municipal por meio da aquisição de equipamentos permanentes, realização de curso de capacitação de seu efetivo e aquisição de material didático para dar continuidade na aplicação do Programa Educando para a Vida nas escolas do Município, visando sempre a melhoria dos serviços prestados à criminalidade.	286.158,60
17	Tamandaré/PE	90.432/2010	Modernização da GM por meio da aquisição de equipamentos, realização de capacitação de seus agentes, realização de diagnóstico e planejamento visando à prevenção e redução da criminalidade e o fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Pública, com vistas a ampliar a participação da juventude e da sociedade nas políticas locais de prevenção à violência e ao uso de drogas.	300.000,00
18	Teixeria de Freitas/BA	075816/2010	Modernização do Sistema Municipal de Segurança Pública por intermédio da implantação do Programa Governança Local – GOVLOC (modelo de gestão), capacitação de Guardas Municipais, agentes públicos e membros da comunidade nesse novo modelo de gestão, realização de seminário, bem como pela aquisição de equipamentos permanentes e de consumo.	892.386,00
19	Teresópolis/RJ	090.567/2010	Capacitar os grupamentos de trânsito, florestal e turístico da Guarda Municipal de Teresópolis, bem como estruturar a sala de treinamento multimídia na sede da Guarda Municipal e realizar palestras e seminários para alunos, professores e sociedade sobre temas relativos a prevenção da violência, acidentes domésticos e de trânsito, a fim de garantir uma atuação adequada do poder público em âmbito municipal e promover a aproximação da Guarda Municipal com a comunidade.	477.636,32
20	Timbauba/PE	90598/2010	Modernizar a Secretaria Municipal de defesa Social e a Guarda Municipal por meio da aquisição de equipamentos e da capacitação de seus integrantes com vistas a realização de ações integradas com a sociedade e demais órgãos operativos, bem como elaborar o Plano Municipal de Prevenção à violência e promover o protagonismo juvenil e a participação social no fortalecimento das políticas de segurança pública.	350.000,00
<b>Total Geral</b>				<b>6.789.884,08</b>

Aberta a palavra aos Conselheiros, foi decidido que a apreciação dos pleitos começaria pelas propostas não objetadas pelos Conselheiros. Sendo assim, a Proposta nº 102585/2010 (Guarulhos/SP) foi aprovada sem a necessidade de registros especiais. Em seguida, eles passaram a expor os questionamentos assinalados em cada proposta, neste contexto, ocorreram discussões entre os Conselheiros e a palestrante sobre o teor de várias propostas. Após vários debates, as opiniões sobre o conjunto das propostas em apreço tornaram-se cada vez mais divergentes, sendo oportuno consignar os seguintes posicionamentos: 1) O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira manifestou-se contrário às propostas porque ao analisar os pleitos ele chegou às seguintes conclusões: a) As proposituras relacionadas às áreas culturais, educacionais, terapêuticas, ética, cidadania, dentre outras, fogem ao escopo focal de atuação do Ministério da Justiça e, portanto, os projetos devem discutidos com as Pastas competentes, visando ao

seu melhor aproveitamento e à redução de custos; b) Os municípios que possuem guarda armada em desconformidade com a Lei do Desarmamento não deveriam ter os projetos apoiados pelo Fundo; c) não cabe aos municípios propor ações que extrapolem sua tutela de atuação, ou seja, fazer gestão que estão na competência da Polícia Militar, da Polícia Civil e dos Corpos de Bombeiros; d) os recursos do Fundo não devem ser dispersos entre várias áreas porque isso reduz a eficiência de sua aplicação, cabendo, portanto, seguir prioridades de investimentos a serem definidas; e) os propósitos das propostas estavam vagos e subjetivos, o que dificultou o entendimento sobre o alcance de alguns projetos; e f) a concentração das reuniões sempre nos meses de novembro e dezembro de cada anosobrecarrega os conselheiros na realização da análise dos projetos, prática que poderá impossibilitar uma análise mais acurada da cada proposta. Para evitar tal situação, o Conselheiro sugeriu que as avaliações dos projetos ocorram ao longo do ano, de acordo com o valor disponível constante na Lei Orçamentária Anual, e se porventura houver cortes/contingenciamentos, a SENASP deverá informar aos Estados quais as propostas que não poderão ser conveniadas. Posto isto, a servidora Cristina declarou que a SENASP não financia armas para nenhuma Guarda e sempre foi contrária ao uso de armas pelas guardas, porém esta decisão compete ao Município e é definida de acordo com as leis existentes. Continuando, a servidora rebateu os demais argumentos do Conselheiro, ponderando que maioria das colocações feitas já havia sido alvo de discussões em diversas reuniões, as quais inclusive ensejaram a realização de reuniões temáticas para debater as questões que estavam causando divergências. Contudo, ainda assim tais discordâncias permaneceram. Dito isso, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que sempre deixou clara a sua posição quanto aos projetos apresentados. A servidora Cristina discordou declarando que no início de cada ano a Coordenação-Geral de Prevenção apresenta ao Conselho Gestor a política de prevenção da SENASP, ocasião em que são detalhados os conceitos que refletem a ação Sistema Integrado de Prevenção à Violência, e nestas reuniões nunca houve nenhuma objeção quanto à política proposta. Por outro lado, freqüentemente vêm ocorrendo discordâncias em casos concretos, ou seja, por diversas vezes são questionados os conteúdos de projetos que expressam a aplicação prática da política apresentada. Dito isso, o Conselheiro salientou que por diversas vezes já havia advertido que a competência constitucional das guardas municipais esta adstrita à guarda do patrimônio do ente federativo e não para executar ações típicas de segurança pública e, como forma de equacionar esse problema, ele já havia sugerido à SENASP, em várias reuniões, que propusesse a alteração do § 8º do artigo 144 da Constituição Federal, que estabelece as competências das Guardas Municipais, e até a presente data tal pedido não foi levado e efeito. 2) O Conselheiro Felipe Daruich Neto observou que o projeto de Águas Belas/PE propõe que jovens em situação de vulnerabilidade sejam capacitados para proteger as riquezas culturais do município (Projeto Agente Cultural). Ante esta constatação, o Conselheiro argumentou que em que pese estar a segurança pública inserida em diversas áreas da sociedade, no seu entender o foco dos projetos deve estar voltado diretamente apara a segurança Pública porque os recursos do Fundo são limitados/escassos. O Conselheiro ponderou que reconhece a importância das atividades preventivas, porém é necessário buscar apoio, em outros programas do Governo Federal, como, por exemplo, no Ministério da Cultura. A servidora Cristina declarou que o MJ cuida de um público que não é o foco dos programas dos outros Ministérios. O Conselheiro destacou que o foco pode não ser o mesmo, mas, ainda assim, as ações dos outros programas acabam refletindo na segurança pública. Para elucidar esta colocação, ele citou o exemplo do PRÓ-JOVEM, cujo foco é a educação, porém o seu resultado repercute na segurança porque na medida em que determinado jovem é capacitado ele passa a ter melhores perspectivas de emprego, e isso diminui a chance de se tornar vulnerável ao crime. Neste contexto, houve a intervenção de outros Conselheiros, que também manifestaram apoio à opinião expressa pelo Conselheiro Felipe. Retomando a palavra, a servidora explicou que os projetos municipais estão em conformidade com a política instituída pelo Sistema Único de Segurança Pública, o qual propõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuem de forma articulada, isto é, para que as ações em segurança pública alcancem o objetivo pretendido não devem ocorrer de forma dispersa. O Conselheiro Felipe Daruich Neto afirmou que as ações preventivas são transversais porque trabalham com educação, cultura, direitos humanos, dentre outros temas, motivo pelo qual ele se preocupava com a possibilidade de aprovar projetos inseridos na esfera de atuação de outra Pasta. Ademais, tal incompatibilidade poderá ser questionada pelos órgãos de controle. A servidora Cristina informou que o TCU já havia auditado vários convênios de prevenção e nunca havia feito este tipo de apontamento. Exemplificando, a servidora informou que recentemente foram auditados os

convênios: Picasso não Pichava e o Pátria Amada da PM/DF, sendo que não houve qualquer observação no sentido destacado pelo Conselheiro. Por fim, a servidora ressaltou que, por determinação do próprio Colegiado, a SENASP já havia convocado para comparecer em reuniões temáticas do Conselho representantes de diversos ministérios, exatamente para tratar das ações transversais. E nesses encontros ficou evidenciado que há atuação conjunta, contudo ela se restringe ao campo conceitual, ou seja, os outros Ministérios aportam o conhecimento na área que eles atuam, porém os recursos para financiar qualquer ação transversal relacionada à segurança são procedentes do MJ. Para exemplificar a situação colocada, a servidora salientou que o Projeto Pontos de Cultura do PRONASCI é realizado pelo Ministério da Cultura porque o MJ repassa o recurso; 3) O Presidente da Sessão, Sidnei Borges Fidalgo, apoiou as colocações feitas pela Servidora Cristina e declarou que não se opunha às propostas, 4) O Conselheiro Edilson Fernandes da Cruz ressaltou que, na qualidade de suplente, não participava ativamente das reuniões do Colegiado, por isso considerava relevante a opinião dos Conselheiros que regularmente participam das reuniões; sendo assim, em virtude das preocupações enfaticamente ali demonstradas, ele julgava necessário aprofundar a análise das propostas para não cometer o equívoco de aprovar algo que conflite com algum dispositivo legal. Após estas considerações, tendo em vista que se mantinham as divergências e ainda o adiantado da hora, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira propôs que os projetos municipais fossem apreciados em outra reunião porque alguns Conselheiros necessitavam de mais tempo para analisar as propostas. A sugestão foi acatada pelos Conselheiros e foi agendada uma reunião extraordinária para o dia 15/12/2010.

Dando prosseguimento, a servidora Juliana Márcia Barroso expôs as propostas da ação Sistema Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais vinculadas à Coordenação Geral de Pesquisa/DEPAID. Nesta oportunidade, foi esclarecido que as propostas referentes às áreas de Perícia e de Inteligência foram analisadas pelos técnicos destes setores.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto do Projeto	Total Fundo (R\$)
1	DF	093258/2010	Ampliação do parque tecnológico por meio da implementação de solução para gestão do conhecimento – produção, avaliação, planejamento e utilização das informações – de forma integrada, descentralizada e participativa utilizando sistemas de informações geoprocessadas para análise espaço-temporal de fenômenos de segurança pública e aquisição de terminais remotos embarcados e geolocalizadores para viaturas da SSP/DF e Órgãos Vinculados	1.056.884,76
2	MG	091495/2010	Modernização da Central de Inteligência do CBMMG, a fim de possibilitar a gestão social da prevenção	1.044.323,96
3	SC	093547/2010	Implementação de sistemas computacionais voltados à produção do conhecimento para inteligência de Segurança Pública a partir da criação da Base Estadual de Conhecimento, e integração de informação com a Base Nacional de Conhecimento da SENASP	1.185.953,86
4	BA	092999/2010	Consiste em ampliar a infraestrutura tecnológica para atender o Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial (SIGIP), contribuindo para atualização tecnológica, aumento de capacidade de processamento de dados e aumento da capilaridade do sistema	346.922,97
5	BA	092896/2010	Consiste em aumentar a eficiência operacional através do Planejamento Estratégico de TI e do desenvolvimento de procedimentos de operações de TI, permitindo o efetivo planejamento dos recursos computacionais disponibilizados para o trabalho de gestão dos órgãos policiais.	466.240,19
6	BA	092984/2010	Consiste em ampliar a capacidade investigativa e eficiência das atividades de policiamento ostensivos e periciais através de dispositivos móveis embarcados em viaturas (tablets) que permitirão que consultas e coletas de informações completas e precisas sejam realizadas em tempo real via Intranet/Internet, solucionando os desafios relacionados à tomada de decisão dos policiais que atuam nas ruas de Salvador e do estado da Bahia.	274.196,54
7	TO	093057/2010	Integração, adaptação e otimização do uso de sistemas de informação em segurança pública para uma melhor gestão do conhecimento neste campo no estado de Tocantins.	1.389.381,61
8	RO	092059/2010	Implantar o processo de gestão da informação da biometria “área criminal”, contemplando a coleta em local de crime, inserção de pessoas na base criminal e pesquisa, bem como a estrutura de hardware, dotando de tecnologias que permitam a melhoria na produção e armazenamento da prova.	1.092.476,79
<b>Total</b>				<b>6.856.380,68</b>

Finda a exposição, as propostas foram aprovadas por unanimidade, oportunidade em que foram respondidas dúvidas relacionadas o seguinte: a) Proposta n.º 093258/2010 (DF) foi esclarecido que a expressão “Órgãos Vinculados” refere-se somente aos órgãos de segurança pública; b) Na Proposta n.º 091495/2010 (MG) detalhou-se a abrangência do geoprocessamento inserido no escopo da proposta, bem como a finalidade da base móvel; c) Proposta n.º 092999/2010 (BA), a fim de evitar redundâncias, foi proposta a alteração da redação do objeto para: “Consiste em ampliar a infraestrutura tecnológica do Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial (SIGIP), para contribuir com o aumento de capacidade de processamento de dados e capilaridade do sistema”; d) Proposta n.º 092896/2010 (BA) foi sugerida a adequação na redação do objeto; e) Proposta n.º 093057/2010 (TO), neste contexto, foi relatado que o Estado de Tocantins adotou uma solução tecnológica de acordo com as recomendações do Conselho, ou seja, foi aproveitado o investimento do Fundo para o desenvolvimento de um sistema para o Estado de Goiás, fazendo-se adaptações para a realidade de Tocantins. A aprovação da Proposta n.º 092059/2010 (RO) foi condicionada ao alinhamento do pleito ao Projeto RIC (Registro de Identidade Civil), que está sendo comandado pela Polícia Federal, haja vista que na apreciação da proposta foi verificado que na Nota Técnica de aprovação não foi registrado tal compatibilidade. Neste sentido, o Colegiado determinou que fosse verificado se o sistema proposto segue as recomendações da Polícia Federal e do Comitê do RIC, que regulam às padronizações a serem seguidas pelos Estados. Assim sendo, o Coordenador do RIC no Ministério da Justiça, o Dr. Sérgio Torres, deverá constatar se a proposta está alinhada ao RIC para ser conveniada, caso contrário será considerada como não aprovada.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas e vinte e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Sidnei Borges Fidalgo**  
Presidente da Sessão

**Isabel Seixas de Figueiredo**  
Ministério da Justiça

**Felipe Daruich Neto**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Carlos Humberto Oliveira**  
Casa Civil da Presidência da República

**Edilson Fernandes da Cruz**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Não representada**  
Procuradoria-Geral da República